



## Política de gerenciamento costeiro e os conflitos socioambientais em Santos - SP

Pedro Benicio Almeida Pinto <sup>1</sup>  
Abbul Mahmebb Said – José Carlos da Silva <sup>2</sup>

### RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo buscar entender algumas repercussões resultantes das influências da metrópole na política de gerenciamento costeiro e na atividade pesqueira de Santos – SP. Desta forma, pretende-se analisar as ações da metrópole em termos de regulamentação do espaço, os conflitos existentes no lugar e as transformações socioespaciais advindas mediante as normas estabelecidas. É perceptível na dinâmica organizacional das cidades identificar discrepâncias espaciais, principalmente na conformação do território onde emergem os conflitos de apropriação no campo da tecnosfera com os fixos e fluxos e no campo da psicosfera que abarcam os projetos, ideias, valores e sociabilidades. Nesse sentido, o trabalho pretende dar luz à problemática da política de planejamento territorial na sua interseção com a sociedade e os empreendimentos, no rol da realidade dos conflitos e as intencionalidades existentes por detrás das ações ocorridas. Nesta perspectiva, trabalhou-se na ideia de metrópole como sendo o centro da tomada de decisões com uma força de comando pautada principalmente no seu poder a partir da sua importância no sistema financeiro do país. O gerenciamento costeiro surge como uma ideia de conciliação dos diferentes usos do território, estabelecendo limites e regras de uso espacial. Entretanto, o que se percebe é a dificuldade das políticas públicas em enfrentar a exclusão e/ou negação dos sujeitos pobres da realidade metropolitana.

**Palavras-chave:** Metrópole, Conflitos, Política Pública.

### RESUMEN

El presente trabajo tiene por objetivo buscar entender algunas repercusiones resultantes de las influencias de la metrópole en la política del gerenciamento costero y na actividad pesquera de Santos-SP. Desta forma, pretende-se analizar las acciones de la metropole en termos de regulamentación del espacio, los conflictos existentes en el lugar y las transformaciones socioespaciales advindas mediante las normas establecidas. Es perceptível la dinámica organizacional de las ciudades identificar discrepancias espaciales, principalmente en la conformación del território donde emergem los conflictos de la apropiación en el campo de la tecnosfera con los fixos y los fluxos y en el campo de la psicosfera que abarcam los proyectos, ideias, valores y sociabilidades. En

---

<sup>1</sup> Doutorando do Programa de Pós-Graduação do curso de História Social da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – PPGHS/FFP/UERJ. Pesquisador do Núcleo de Pesquisa e Extensão – Urbano, Território e Mudanças Contemporâneas – NUTEMC/FFP/UERJ. [pedrobeniciouerj@gmail.com](mailto:pedrobeniciouerj@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutorando do Programa de Pós-Graduação do Curso de História Social da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – PPGHS/FFP/UERJ, co-autor. Pesquisador do Núcleo de Pesquisa e Extensão – Urbano, Território e Mudanças Contemporâneas – NUTEMC/FFP/UERJ. [abbulsaid@yahoo.com.br](mailto:abbulsaid@yahoo.com.br) Bolsista CAPES. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.



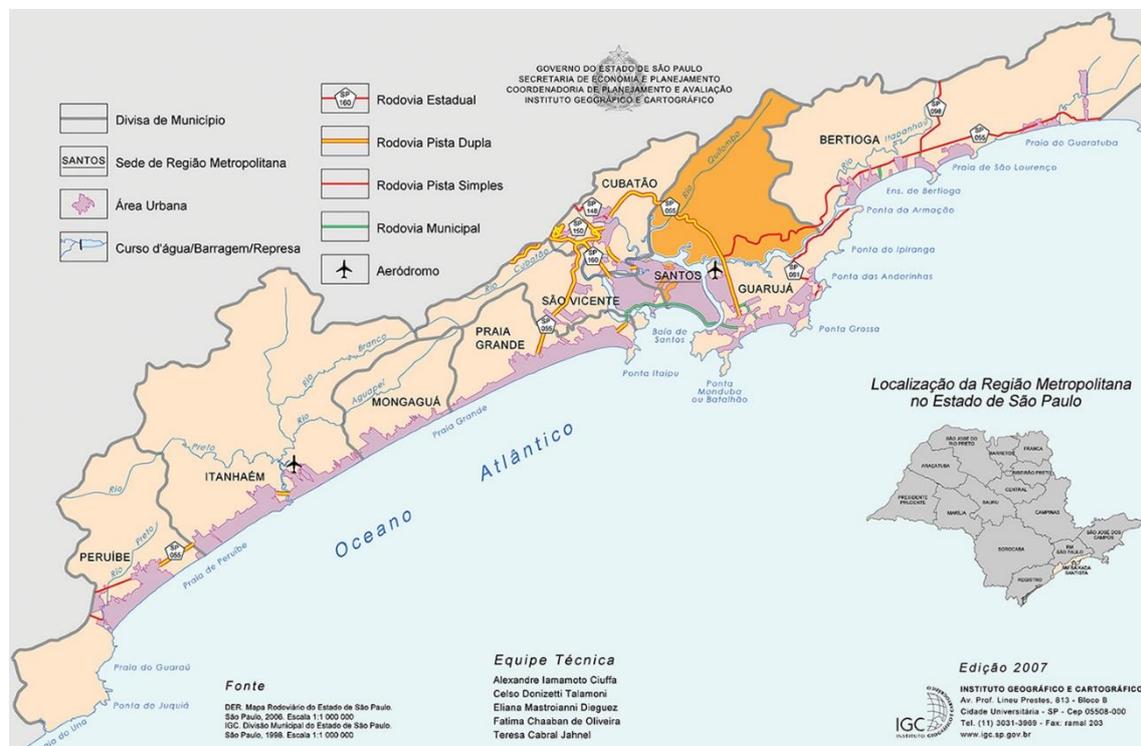
ese sentido, el trabajo pretende dar luz a la problemática de la política del planeamiento territorial en su intersección con la sociedad y los emprendimientos, en el rol de la realidad de los conflictos y las intencionalidades existentes por detrás de las acciones ocurridas. Nesta perspectiva, trabajou-se en la idea de metrópole como sendo el centro de la tomada de decisiones con una fuerza del comando pautada principalmente en su poder a partir de su importancia en lo sistema financeiro del país. El gerenciamiento costero surge como una idea de conciliación de los diferentes usos del territorio, estableciendo limites y regras del uso espacial. Entretanto, lo que se percebe es la dificultad de las políticas públicas en enfrentar la exclusión y la negación de los sujetos pobres de la realidad metropolitana.

**Palabras clave:** Metrópole, Conflictos, Política Pública.

## INTRODUÇÃO

O município de Santos fica localizado na Região Metropolitana da Baixada Santista no litoral do estado de São Paulo, cuja Baixada é composta também pelos municípios de Peruíbe, Itanhaém, Mongaguá, Praia Grande, São Vicente, Cubatão, Guarujá e Bertioga, como mostra o mapa 1.

### 1- Mapa dos municípios da Baixada Santista.



Fonte: <http://www.sp-turismo.com/mapas/baixada-santista.htm>, acesso em outubro de 2020.



A região representa uma área de 2.373 km<sup>2</sup> (SÃO PAULO, 2013), tendo uma população estimada em 1.881.706 pessoas, segundo a estimativa populacional de 2020 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Segundo o IBGE, Santos tem uma população estimada em 2021 de 433.991 pessoas. A paisagem da região é composta pela presença da Mata Atlântica na encosta da Serra do Mar que “se caracteriza pela extensa planície litorânea sedimentar, disposta entre a orla oceânica e as escarpas da Serra do Mar no estado de São Paulo [...] e pelas extensas enseadas arenosas” (SOUZA, 2018, p. 23) e a vegetação de restinga na planície costeira. Sendo assim, o relevo de planície litorânea encontrado tem ao fundo os contrafortes da Serra do mar, caracterizando uma morfologia escultural bastante peculiar de onde se originam inúmeras drenagens que vão desaguar no mar através dos canais e manguezais.

Em termos econômicos, a região é caracterizada por possuir atividades portuárias intensas desde o período colonial, mas que com o tempo tornou o Porto de Santos um dos mais importantes e dinâmicos da América Latina. Na área encontramos também atividades ligadas às indústrias que estão concentradas principalmente na cidade de Cubatão. Além das duas atividades tem-se presente as explorações petrolíferas na Bacia de Santos. Todas essas atividades, acabaram trazendo mais atratividade para a região, atraindo a atenção de muitas pessoas para os possíveis empregos que poderiam estar sendo gerados, configurando expressivo contingente de migrações para a Baixada Santista. No campo social, contudo, em meio às intensas atividades presentes no território ligadas a diversos setores da economia, estão presentes também diversas comunidades tradicionais exercendo diferentes usos do espaço, desde o roçado, o turismo e consolidando-se principalmente a atividade da pesca artesanal, que é

Uma atividade de extração e de coleta de pescado e de frutos do mar, em que os pescadores atuam no formato de parceria, sem vínculos empregatícios. Essa atividade envolve relações familiares e de solidariedade entre conhecidos de mesmos sítios. Em geral, os pescadores são donos dos meios de produção (embarcações, apetrechos de pesca, equipamentos, tais como motor, GPS, colete etc.) (SILVA, 2015, p. 132).

Portanto, destaca-se uma atividade que é caracterizada por ter presente técnicas artesanais históricas e tradicionais que uniu técnicas modernas, tendo como finalidade última a arte de confeccionar os seus apetrechos e embarcações, instrumentos vitais para a produção e reprodução espacial dos sujeitos. Ressalte-se que a pesca artesanal é uma atividade que está inserida dentro do circuito produtivo inferior da economia da pesca (SILVA, 2014a). De um modo geral, a pesca artesanal é uma atividade importante na



economia brasileira que vai sendo estabelecida por meio de parcerias dentro de uma pequena escala econômica, que é pautada na utilização da natureza, sendo trabalhada em sua grande parte de forma sustentável.

Importante destacar que estamos explorando esse universo da pesca artesanal porque ela é uma atividade tradicional inserida dentro da lógica do processo modernizador que vem disputando o seu sentido no território em meio aos grandes empreendimentos e com o turismo. Dentro dessa lógica, estabelecem-se dificuldades na organização interna da cidade que acabam colocando empecilhos para o convívio das atividades tradicionais com os grandes agentes hegemônicos, trazidas em grande parte pelo processo de urbanização e espraiamento das grandes cidades litorâneas. Assim, toda a complexidade do ambiente da Região Metropolitana da Baixada Santista chama atenção para a importância de que medidas sejam tomadas para coadunar as intensas atividades presentes que culminaram no crescimento vertiginoso da densidade demográfica e, por conseguinte, também da ampliação da malha rodoviária que levou ao aumento dos processos de uso e ocupação do solo que acabam afetando o meio ambiente local (JAKOB, 2003).

Dessa forma, é fundamental que se estabeleçam mecanismos de regulação do processo de uso e ocupação do espaço litorâneo, porque em se tratando do litoral brasileiro vamos ter uma alta atratividade por conta dos mais variados fatores. Nesse sentido, em se tratando mais especificamente da Baixada Santista, no litoral de São Paulo, a adoção de um instrumento de proteção ambiental pode ser um instrumento de resguardo da biodiversidade presente e também das comunidades tradicionais que historicamente ocupam esse espaço e vem mantendo suas relações socioespaciais, suas historicidades e geografias. Souza (2018, p. 40) ressalta que

O conceito adotado pelos instrumentos de proteção ambiental em vigor, por sua vez, desconsiderando ou entendendo equivocadamente o modo de vida das populações tradicionais e indígenas, resultou em conflitos que ameaçam em relação à sua viabilidade, entendida aqui como parte fundamental da estratégia de manutenção e fortalecimento da etnobilidade do bioma de mata Atlântica na paisagem do litoral brasileiro em geral e da Baixada Santista em particular (SOUZA, 2018, p. 40).

Questões extremamente importantes para se avaliar o grau de intervenção do Estado ou da metrópole sobre essas áreas onde se sobressaem as atividades com viés puramente econômicas, muitas vezes invisibilizando as culturas tradicionais que já



estavam estabelecidas nesse território antes das tomadas de decisões do presente em relação ao processo de gerenciamento costeiro.

## **METODOLOGIA**

Como caminho metodológico utilizado para se trabalhar a política de gerenciamento costeiro, estabeleceu-se o processo de levantamento documental e bibliográfico buscando encontrar literaturas e legislações que fossem referentes ao tema. Também foi realizado um trabalho de campo na Coordenadoria de Planejamento Ambiental de São Paulo (CPLA), órgão ligado à Secretaria de Meio Ambiente do estado de São Paulo e três trabalhos de campo na Baixada Santista mais como análise da paisagem sem muitos contatos ou proximidades com os moradores em função da pandemia.

## **REFERENCIAL TEÓRICO E DISCUSSÕES INICIAIS**

Em resumo, como suporte teórico para compreender a ideia de modernização, recorreremos a autores de referência das ciências humanas como Soja (1993), Silva (2005) e Marramao (1997). Para tratar do conceito de metrópole, recorreremos ao geógrafo Milton Santos (2013). Nesta perspectiva, levou-se em consideração as ideias e análises de Milton Santos a respeito da metrópole, esta como sendo dotada de uma enorme força de comando, principalmente, por ser essa metrópole o centro de todas as tomadas de decisões que vão incidir sobre as transformações socioespaciais na Baixada Santista nos campos político, econômico e industrial. Observa-se que o sistema financeiro do país fica localizado na metrópole nacional, de onde partem as orientações que vão possibilitar as movimentações e fluxos nas diferentes escalas. São Paulo hoje é caracterizada por ser o centro de grande influência internacional, atraindo dessa maneira inúmeras empresas atuantes no Brasil a estarem localizadas na capital e em seu espraiamento metropolitano.

Quando se estuda o processo de integração do Brasil mediante o processo de industrialização, constatamos a forte tendência de crescimento das cidades médias e grandes por causa da presença das indústrias que atraíam uma grande demanda de mão de obra e infraestrutura. Sendo ela muito mais intensa no Sudeste, sobretudo em São Paulo e Rio de Janeiro, que estavam ligados à produção cafeeira na época. Com o passar



do tempo, São Paulo prosperou e se desenvolveu bastante a ponto de se tornar um forte atrator de capitais, mercadorias e pessoas. Com o aumento de fluxo, a demanda por infraestrutura e organização interna também foi intensa, trazendo consigo problemas estruturais de poluição, habitação, locomoção, exclusão social etc.

Nesse sentido, Santos (2019) aponta que se iniciou um processo de fragmentação interna da metrópole, muito por conta dos inúmeros problemas existentes, apesar de se ter uma forte concentração de capital. De acordo com Santos (2019), o que marca a metrópole são os incríveis contrastes entre a riqueza e a pobreza, a presente e imensa disparidade socioeconômica que, segundo o autor, “a pobreza é estrutural e não residual. Ela aumenta à medida que a cidade cresce” (SANTOS, 2019, p. 18). O que acontece é que

Nesse quadro de extremas disparidades socioeconômicas, a extensão desmensurada da cidade, enquanto dentro dela se mantêm tantos vazios especulativos, é uma das causas do seu crescimento periférico. Esses fenômenos trabalham em conjunto, influenciando-se mutuamente e agravando a problemática urbana, cujas dimensões são multiplicadas pelas formas recentes do crescimento metropolitano: preferência pelos terrenos distantes para o estabelecimento de projetos habitacionais para as classes pobres; políticas privadas de criação e manipulação de loteamentos; políticas públicas ligadas à modernização do sistema viário com localização seletiva das infraestruturas, valorização diferencial dos terrenos, e expansão da especulação, com todas as consequências derivadas da superposição de medidas elaboradas para atender a preocupações particulares e interesses individualistas, agravando, desse modo, a crise urbana e as dificuldades em que vive a maioria da população (SANTOS, 2019, p. 19-20).

Na Baixada Santista temos grandes empreendimentos ligados a exploração do petróleo que é realizada na Bacia de Santos que demanda uma infraestrutura de suporte no território para as atividades em alto mar. Ao mesmo tempo, existem os grandes terminais portuários que demanda imensas áreas para alocar os produtos que serão importados e exportados além do alargamento e aprofundamento do canal para o calado dos navios que atracam ao longo do terminal portuário.

Os terminais portuários foram criados para ampliar e modernizar o funcionamento do porto, aumentando e otimizando a movimentação dos produtos (ORNELAS, 2008). Com a chegada dos grandes empreendimentos, temos um processo de retirada das populações mais pobres para as áreas mais interioranas (SCIFONI, 2005), ratificando o que Santos (2019) apontou sobre as áreas próximas à costa atraindo o interesse do grande capital, fazendo com que se tenha uma valorização e valoração diferenciada dos terrenos na área, como explicita Moraes (2007), seja ela para os grandes empreendimentos ou para



a moradia/turismo. A crise urbana que se estabelece com base nesse processo de disputas do espaço tende a invisibilizar cada vez mais os sujeitos da ação e no caso específico de análise, os pescadores artesanais. No enfrentamento dessas questões é preciso que as pesquisas de campo e os diálogos com os sujeitos façam um caminho inverso a essa invisibilidade, incorporando nas metodologias de pesquisa “os sentidos das ações dos pescadores e a compreender seus universos simbólicos, suas fronteiras sociais e seus problemas, bem como seus desideratos” (SILVA, 2015, p. 132). Dentro deste marco dimensional, é preciso ressaltar que a água do mar é a condição de trabalho dos sujeitos da pesca artesanal e a terra vai estabelecer a extensão desse espaço aquático onde também se estabelecessem as territorialidades dos sujeitos. Apresentam-se aqui as historicidades e geograficidades dos sujeitos da terra e do mar, estes compreendidos pelas suas diferenças estruturais geológicas, morfológicas e paisagísticas, mas que para esses sujeitos esses espaços de terra e mar são compreendidos em toda a sua dimensão como um único espaço de reprodução da vida.

Em meio a esse processo de usos e ocupações do território pelas empresas e os controles territoriais advindos da metrópole paulista que vão configurando as disputas no e pelo território, as comunidades locais em geral sofrem com o aumento da poluição, dificuldade de locomoção, restrições de atividades etc. Com o aumento dos diferentes usos e relações presentes no lugar, aparece a necessidade de uma organização que, de uma forma geral, acaba sendo feita pelo governo focado em planejamento que auxilie no ordenamento territorial. O problema que aparece no planejamento urbano, é que ele deveria ser uma solução para as dificuldades encontradas nas realidades locais, e o planejamento urbano acaba sendo usado de uma forma de empobrecimento, porque, segundo Santos (2012), é pautada em cima de uma ideologia e não uma teoria que sirva para a real transformação socioespacial.

De teoria tem apenas a forma, não é baseada na realidade vivida, e o resultado de sua aplicação é o oposto de suas promessas. Sendo ideologia, porém, é responsável pela construção de novos espaços e pela reformulação do espaço urbano atual (SANTOS, 2012, p. 132).

Dentro desse quadro analítico, precisamos estabelecer um olhar mais atento sobre o que está acontecendo nessas localidades que estão imersas dentro de realidades que agregam grandes empreendimentos de um lado e dos sujeitos presentes no território que estão no entorno imediato. Por muitas vezes eles acabam sendo esquecidos ou relegados ao segundo plano das intenções quando se tomam as decisões e, dependendo das mesmas,



os sujeitos se tornam completamente invisibilizados, principalmente as comunidades pesqueiras mais tradicionais e que ocupam espaços bastante atrativos do ponto de vista econômico das empresas. Dentro desse contexto metropolitano e de ordenamento do território, é preciso compreender que a pesca artesanal é uma atividade reconhecida pelo Estado no início do século XX como uma categoria estabelecida e reconhecida pela Marinha do Brasil (RESENDE, 2014). A atividade pesqueira é proveniente das artes e técnicas indígenas, portuguesas e espanholas, ligadas às artes de navegação, produção de redes e embarcações. Portanto, ela é uma atividade recorrente muito antiga, que remonta ao Período Colonial (SILVA, 2015), porém é por meio das colônias e demais instituições que o Estado passou a organizar a espacialidade local do pescador.

A pesca artesanal é caracterizada por um circuito produtivo que se constitui no processo de coleta do pescado e desenvolvimento da maricultura, o beneficiamento, a venda em atacado e a varejo, a confecção de redes, a compra e venda de embarcações, o reparo das redes e das embarcações e demais atividades. A pesca artesanal, atualmente, tem núcleos bastantes dispersos, em geral, precarizados possuindo pequenas embarcações, com a produção em pequena escala e utilizando pouca tecnologia. Além disso, possuem dificuldades de acesso aos direitos trabalhistas e às políticas públicas, como assevera Silva (2015). Sua relação com a espacialidade e a historicidade é diferente das concepções que estão presentes na modernidade. Isso produz muitos problemas na relação e na luta do território, tendo em vista que as comunidades costeiras de pequenos pescadores, produtores e agricultores vivem tradicionalmente da exploração de recursos que estão nos ambientes litorâneos como aponta Diegues (2001). Fora que a atividade pesqueira de Santos e Guarujá, segundo os dados do Programa de Monitoramento da Atividade Pesqueira Marinha e Estuarina do estado de São Paulo de julho a setembro de 2019, aponta uma forte concorrência com a pesca industrial, tendo a pesca industrial descarregado 80% do pescado nesse período. Para além dos processos de restrição da atividade pesqueira tradicional, ela ainda enfrenta uma forte concorrência que está imbricada nos processos de modernização ao longo do tempo.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Para compreender as transformações espaciais ocorridas no último século é importante primeiro compreender a ideia de modernização apoiados na análise do tempo



histórico. Os estudos do tempo na perspectiva da ciência histórica são possíveis de serem encontrados em diferentes designações, principalmente conversando sobre a “alma, psicológico, cronológico, astronômico, físico, vivido, biológico, histórico” (SARRAF, 2017, p. 41). Portanto, o tempo pode ser visto como uma categoria de uso múltiplo, por ter a possibilidade de ser definido por meio de diferentes aspectos. Entretanto, o que nos interessa é tratar dos fenômenos históricos num determinado lugar, onde o tempo histórico pode nos ajudar na compreensão a partir da “separação do tempo cronológico natural da História e da inserção da ideia de progresso e aceleração” (SARRAF, 2017, p. 52), o que seria importante na análise dos fenômenos que aconteceram nas últimas décadas, principalmente nas transformações urbanas em Santos. Desse modo, a ideia de progresso abordada pelos historiadores ajuda a analisar as transformações sentidas e como se mudou a maneira de pensar o mundo, porque essa mudança na forma de pensar o mundo trouxe

Uma série de renovações e experiências individuais e coletivas que passam a interferir de forma maciça na vida humana, tornando o futuro incerto, pois a experiência geracional [...] não poderia servir de exemplo. Já a aceleração é um conceito que deriva do progresso, pois através deste os ritmos e prazos da vida humana modificam-se radicalmente (SARRAF, 2017, p. 52).

A ideia de progresso começou a aparecer no final do século XVIII com as inovações técnico-industriais que modificaram a expectativa sobre o futuro, porque

O futuro, mesmo não podendo ser deduzido da experiência, trouxe não obstante a certeza de que as invenções e descobertas científicas iriam criar um mundo novo. Ciência e técnica estabilizaram o progresso como sendo a diferença temporal progressiva entre a experiência e a expectativa (KOSELLECK, 2006, p. 321).

A ideia de progresso passa a modificar a modernização que estava ocorrendo, porque, como afirma Soja (1993, p. 17), a modernização seria “um processo contínuo de reestruturação societária”. A ideologia que vai marcar o processo de modernização é a do crescimento, na qual

A prática da modernização cria, no território como um todo e em particular nas cidades, os equipamentos, mas também as normas indispensáveis à operação racional vitoriosa das grandes firmas, em detrimento das empresas menores e da população como um todo. Daí, em pouco tempo, resultados concomitantes: a extraordinária geração de riquezas, cada vez mais concentradas, não é contraditória com a enorme produção de pobreza, cada vez mais difundida, enquanto surgem novas classes médias (SANTOS, 2013, p. 114-115).

Concomitantemente com a ideia do crescimento começam a ocorrer as mudanças no território contribuindo com as distorções e reorganizações espaciais (PAZ, 2018). A modernização, segundo Silva (2005), supõe a ideia de mudança necessária que trará



benefícios, ideia promovida através do discurso do desenvolvimento como forma de convencer a sociedade da mudança. Com toda a mudança que está acontecendo, a população brasileira começa a viver numa escala de tempo diferente dos agentes modernizadores, e por isso começa a surgir uma sobreposição de interesses que vai gerar conflitos (PAZ, 2018).

Segundo Soja (1993), o que se iniciou foi a passagem da cidade para um centro de produção e acumulação industrial que envolveu a complexidade e as problemáticas espaciais urbanas por conta da mudança na estrutura espacial e na reprodução social. Dessa maneira, o Estado precisou agir na estruturação urbana através do planejamento urbano tentando (re)organizar o espaço urbano na tentativa de mediar possíveis conflitos que se estabelecessem pelos vários motivos existentes – habitacional, meio ambiente, serviços etc. O que se percebe é uma mudança na perspectiva da organização e do cenário urbano que

Em contraste com uma época anterior, em que a industrialização produzia o urbanismo, estamos agora diante de uma situação em que a industrialização e o crescimento econômico, bases da acumulação capitalista, são primordialmente moldados pela e através da produção social do espaço urbanizado, planejada e orquestrada com crescente poder pelo Estado, e que se expande rumo a um abarcamento cada vez maior da população e dos recursos mundiais (SOJA, 1993, p. 51).

Portanto, estamos diante do aprofundamento da problemática urbana na qual cabe ao Estado, principalmente, tentar gerir o espaço. O interessante é perceber que o processo de modernização é promovido pela união do Estado, as políticas públicas e a lógica mercantil. A ação promovida pelo Estado por meio de ações indiretas e diretas que fomentam as produções das empresas acaba por encaminhar uma grande transformação nas relações da sociedade (EUZEBIO; PAZ, 2014).

De fato, as ações modernizantes são acompanhadas de intervenções do estado, que muitas vezes transmitem alguma segurança a percepção social – melhorias nos transportes, investimentos em pavimentação e saneamento básico, entre outros incrementos espaciais desejados pela sociedade. Mas o olhar crítico não pode se deixar enganar pelos aparentes objetivos de melhoria destas intervenções, pois elas fazem parte de um conjunto ideológico que busca a manutenção da ordem dominante, a qual, historicamente, nunca foi aliada das classes populares. Estas intervenções têm como objetivo estabelecer as condições, ideológicas e técnicas, para a realização dos projetos modernos (EUZEBIO; PAZ, 2014, p.158).

Em se tratando da Baixada Santista, as intervenções do Estado através do processo modernizador mediante as ordens que partem da metrópole paulista traduzem a produção social do espaço urbanizado, planejada e orquestrada por esse Estado, produzindo



invisibilidades sociais. O processo modernizador vai ter um rebatimento direto na atividade pesqueira artesanal que é um posto de trabalho e de economia do Brasil muito importante, chegando a contribuir com 70% da produção de pescados consumidos no Brasil. Quando nos dispomos a analisar a complexidade territorial na qual estão envolvidos os pescadores artesanais, é possível perceber que os conflitos territoriais vão ser encontrados no lugar e vão existir por conta da justaposição de territórios, ou multiterritorialidades. Silva (2012) assinala que o que produziria os conflitos seriam as incompatibilidades e os descompassos existentes entre o território normado e território usado. O território usado seria o espaço geográfico que é o resultado da totalidade de causas e efeitos dos processos históricos no espaço, sendo a forma de compreensão mais próxima do cotidiano (SANTOS, 2017; SILVA, 2015). O território normado seriam os instrumentos legais de regulação do território, que em sua maioria não coadunam e dialogam com o território usado. Silva (2015, p. 22) analisa que a

Norma se baseia no que Weber (2000) denomina de dominação legal burocrática, regulada por racionalidade instrumental, referência à escrita da lei, calculabilidade que aproxima a gestão econômica e onipresença (forma de controle e domínio, sem a presença direta dos governantes, mas por meio do quadro de funcionários públicos e, mais recentemente, dos sistemas de informação eletrônicos).

A racionalidade instrumental ou essa gestão favorecendo as empresas tem causado muitos problemas para os pescadores artesanais. Dessa maneira, não são levados em consideração os saberes das comunidades tradicionais, seus hábitos e dinâmicas cotidianas que muitas vezes fazem parte de uma cultura de relação de proximidade/necessidade da natureza.

Nesse sentido, para aprofundar o entendimento dos conflitos existentes, o conceito de território no seu sentido relacional é fundamental, porque ele nos possibilita pensar o território a partir das relações sociais presentes no lugar, em que elas são uma construção socioespacial atravessada pelo poder. Não esquecendo que o território está em movimento e que ele é cada vez mais fluído, mas que existe um domínio/controle imposto de cima para baixo, ou seja, dos centros econômicos, político e cultural sob as áreas de sua influência e interesse que provoca um processo de alienação do espaço e dos homens. A partir desse ponto de vista, podemos problematizar as tomadas de decisão dos órgãos de planejamento no que tange as políticas públicas ligadas ao território como a que se pretende com a política pública de gerenciamento costeiro do estado de São Paulo, por exemplo.



## **A POLÍTICA PÚBLICA DE GERENCIAMENTO COSTEIRO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

A preocupação com o litoral ocorre pelo fato de grande parte da população estar concentrada nessa área. A grande questão é que a concentração atrai grandes fluxos que demandam um bom número de empreendimentos para atender todas as intencionalidades necessárias para o meio técnico científico informacional, que por sua vez precisa de um centro de controle e comando das ações e atividades que ocorrem nas diferentes localidades. Portanto, com o advento do processo de industrialização que trouxe no seu bojo a urbanização, careceu-se de um centro que captasse as informações e organizasse as atividades, servindo também como modelo de gestão e organização para as demais cidades. O grande crescimento, nas últimas décadas, das cidades médias e da metrópole, como aponta Santos (2013), gerou uma grande complexidade na organização urbana e no planejamento urbano porque privilegiou a definição formal abstraindo o material, o fenômeno em si. Ademais o crescimento das áreas costeiras em conjunto com os diferentes usos do território tem gerado muitos conflitos causados, principalmente, por conta do processo de modernização. O gerenciamento costeiro surge como uma ideia com a prerrogativa de conseguir conciliar os diferentes usos do território, estabelecendo limites e regras de uso espacial.

O gerenciamento costeiro do estado de São Paulo tem como base a regulamentação da Lei nº10.019 de 1998 que dispõe sobre o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro estabelecendo o que seria a Zona Costeira, o Gerenciamento Costeiro, Zoneamento Ecológico, o Plano de Ação e Gestão, assim como os quatro setores costeiros: (I) Litoral Norte, (II) Baixada Santista, (III) Complexo Estuarino – Lagunar de Iguape – Cananeia e (IV) o Vale do Ribeira. A partir dessa legislação ficou estabelecido que o licenciamento e a fiscalização seriam realizados depois que se regulamentassem os critérios do Zoneamento Ecológico-Econômico de cada setor. O setor da Baixada Santista foi regulamentado em 2013 a partir do Decreto Estadual nº 58.996 e foram estabelecidas as normas de uso e ocupação do solo e de manejo dos recursos naturais, junto com o licenciamento e a fiscalização de empreendimentos. O órgão responsável por planejar o zoneamento de áreas de proteção, elaborar e promover as ações do planejamento ambiental e implementar os planos propostos é a Coordenadoria de Planejamento



Ambiental de São Paulo (CPLA)<sup>3</sup>, órgão ligado à Secretaria de Meio Ambiente de São Paulo (SMA). Note-se que a questão que moveu a reflexão do trabalho incide justamente na localidade do órgão ambiental responsável pelo planejamento ambiental da Baixada Santista que está centrado na metrópole da tomada de decisões, que se caracteriza por ser uma macrourbanização<sup>4</sup> sendo “o *locus* por excelência das relações sociais e econômicas” (SANTOS, 2013, p. 84).

Portanto, trata-se de uma região tendo funções de planejamento “onde, todavia, o que é feito não atende à problemática geral da área, limitando-se a aspectos setoriais” (SANTOS, 2013, p. 84). A metrópole, nesse sentido, tem uma centralidade importante ligada ao trabalho intelectual de pensar e dessa forma exerce o controle da produção centralizando e irradiando ideologias, mensagens e ordens, segundo Santos (2017). A nova divisão territorial do trabalho faz com que a acumulação de atividades intelectuais coloque a metrópole como peça fundamental para o arranjo estrutural das relações e dos fluxos de informações indispensáveis para o trabalho produtivo. Sendo assim,

[...] dispersão e concentração dão-se, uma vez mais, de modo dialético, de modo complementar e contraditório. É desse modo que São Paulo se impõe como metrópole onipresente e, por isso mesmo, e ao mesmo tempo, como metrópole irrecusável para todo o território brasileiro (SANTOS, 2013, p. 101).

A metrópole reúne uma grande quantidade de informações mudando dessa forma o poder de controle das atividades hegemônicas que possibilitam a manipulação de vários mecanismos através das informações, segundo Santos (2013).

Hoje, a metrópole está presente em toda parte, no mesmo momento, instantaneamente. Antes, a metrópole não apenas não chegava ao mesmo tempo a todos os lugares, como a descentralização era diacrônica: hoje a instantaneidade é socialmente sincrônica. [...] Nas condições de passagem de uma fase a outra, somente a metrópole industrial tem condições para instalar novas condições de comando, beneficiando-se dessas precondições para mudar qualitativamente. A metrópole informacional assenta-se sobre a metrópole industrial, mas já não é a mesma metrópole. Prova de que sua força não depende da indústria é que aumenta seu poder organizador ao mesmo tempo em que se nota desconcentração da atividade fabril. O fato é que estamos diante do fenômeno de uma *metrópole onipresente*, capaz, ao mesmo tempo, pelos seus vetores hegemônicos, de desorganizar e reorganizar, ao seu talante e em seu proveito, as atividades periféricas e de impor novas questões para o processo de desenvolvimento regional (SANTOS, 2013, p. 103, grifos do autor).

<sup>3</sup> Dados retirados do portal da Coordenadoria de Planejamento Ambiental. <https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/cpla/>. Acesso em: 15 set. 2021.

<sup>4</sup> Número expressivo de habitantes em uma localidade.



A decisão e o controle sobre os processos ficam concentrados social e espacialmente, por mais que se tenha uma dispersão espacial de estabelecimentos, porque o poder de comando das indústrias presentes na metrópole estabelece uma relação de força. A principal questão é que as políticas públicas e as ações promovidas pelo Estado podem tender a chegar no lugar, no espaço banal como forma de comando e/ou ordem, não dialogando com os sujeitos locais e por vezes sendo implementadas sem o conhecimento e o diálogo com a população. Dessa maneira, é fundamental termos órgãos que dialoguem e estejam próximos da realidade, do cotidiano dos sujeitos que serão impactados pelas ações do Estado e das suas políticas públicas. Dessa forma, pode ser estabelecido um diálogo horizontal diferente de um mando vertical, como adverte Santos (2017). Porque a ação vertical chega de uma forma desintegradora e com a perda da capacidade de gestão da vida local, ela é vetor de uma racionalidade superior à dos setores hegemônicos que vai tentar estabelecer um mecanismo obediente e disciplinado.

A produção social do espaço urbano reuniu forças desiguais e as comunidades tradicionais seriam o exemplo do homem lento de Santos (2017) que está inserido no cotidiano convivendo ao lado dos grandes empreendimentos que trazem dificuldades na execução de seus trabalhos. As dificuldades presentes nas vidas dos pescadores são as mais variadas, como: proibições de navegação, áreas de exclusão de pesca, poluição dos cursos d'água, dentre muitos outros. No caso de Santos, temos o porto de Santos como um dos maiores portos da América Latina com grande fluxo de embarcações que acabam restringindo a circulação dos pescadores artesanais na proximidade da localidade, podendo impossibilitar a atividade pesqueira e dificultando o acesso dos cardumes de peixes de estarem se aproximando da costa devido à intensa movimentação das embarcações, fato que prejudica o pescador porque impossibilita a pescaria na região próxima da costa, fazendo com que os pescadores tenham que se movimentar para mais longe da costa.

Entretanto, o fato de ter que ir pescar em áreas mais oceânicas faz com que o pescador tenha que ter mais equipamentos para realizar a pescaria em alto mar, porém esse fator apresenta empecilhos para muitos pescadores artesanais. O grande desafio da política de gerenciamento costeiro seria organizar o espaço de uma maneira pela qual possam coexistir as práticas da população e dos agentes modernizadores, conciliando com a proteção e preservação do meio ambiente, entendendo o homem também como parte desse meio ambiente. Mas, na realidade, as promoções das políticas públicas sendo



regidas e dirigidas pelo Estado a partir da centralidade da metrópole tendem a causar cada vez mais invisibilidades aos sujeitos e uma fragmentação do território. A força especulativa e das grandes corporações acaba entrando na guerra pelo espaço para as atividades interessantes para as suas empresas e os sujeitos que estão presentes no território acabam não tendo força política para confrontar as ideias geradas pelas políticas territoriais que impactam ou impactariam as suas localidades. Acaba se criando uma briga de forças dentro do cenário espacial, onde o discurso das empresas utiliza-se da ideia de criação de empregos que acaba gerando expectativas aos moradores.

Entretanto, quando se analisa o discurso, esquece-se que cada vez mais as atividades requerem um poder de especialização que muitos acabam não tendo, o que inviabiliza a inserção dos moradores dentro de tais atividades previstas. Além do discurso, temos a questão dos impactos ambientais que grandes empreendimentos acabam causando nas localidades onde se implantam. A modernização produz a ideia de uma mudança necessária que visa trazer benefícios para a população, contudo o que não se propaga é que a escala de tempo dos agentes modernizadores é diferente do cotidiano da população local. Por conta dessa diferença escalar, vai se ter sobreposições de interesses que geram conflitos, segundo aponta Paz (2018). Assim, o processo de modernização vai exercer pressão em diferentes níveis de fora para dentro e que, para minar as ações internas, ele recorre ao discurso da modernidade para negar os diferentes que estão dentro do local de interesse. O discurso utilizado parece ser novo, mas não é.

A modernização, cujos princípios e valores disputam o presente e se impõem como um modelo de futuro, parece nova, mas não é. Sua sensação inovadora inscreve-se na lógica de disputa de sentidos e de projetos, em que o debate e o jogo de interesses produzem o desejo de secularizar, ou seja, de tudo modificar, de fazer o “futuro melhor”. Esse discurso, varia com os diferentes períodos históricos da modernidade, em contextos do capitalismo periférico, faz desse processo um discurso novo no uso da nova técnica ou do desejo da “nova economia”. Esse discurso modernizador transforma utensílios, objetos e culturas. Tudo parece em condição de envelhecer e tornar-se tradicional. A inovação é a tradição da modernidade. A inovação é a mola motora do capitalismo, que por meio da modernização faz engendrar intenções e ações – econômicas e políticas -, alternando espacialidades e historicidades, produzindo espaço (LEFEBVRE, 1971), além de rupturas e conflitos na vida coletiva cotidiana (SILVA e RAINHA, 2014, p. 43).

De uma forma geral, a modernização se dá num processo de captura das culturas locais e o apagamento das culturas tradicionais a partir de uma imposição de uma nova cultura. O fato importante é que o processo de transformação urbano por meio das



políticas públicas está diretamente relacionado com o processo de modernização promovido pelo Estado e a lógica mercantil.

De fato, as ações modernizantes são acompanhadas de intervenções do Estado, que muitas vezes transmitem alguma segurança a percepção social - melhorias nos transportes, investimentos em pavimentação e saneamento básico, entre outros incrementos espaciais desejados pela sociedade. Mas o olhar crítico não pode se deixar enganar pelos aparentes objetivos de melhoria destas intervenções, pois elas fazem parte de um conjunto ideológico que busca a manutenção da ordem dominante, a qual, historicamente, nunca foi aliada das classes populares. Estas intervenções têm como objetivo estabelecer as condições, ideológicas e técnicas, para a realização dos projetos modernos (EUZÉBIO; PAZ, 2014, p. 158).

Um exemplo do impacto na vida das comunidades locais foi a renovação do porto de Santos, mais especificamente na década de 1890 em que o porto começou a ser liderado pela Companhia Docas de Santos. Segundo relato histórico de Ornelas (2008), parece que a partir do ano de 1892 inicia-se uma reestruturação urbana importante da área portuária com a exclusão de parte dos comerciantes locais, porque se iniciava um processo de expansão da área portuária para atender as produções que passavam pelo porto. Dessa maneira, começou a criação de grandes armazéns para se estocar as sacas que chegavam, construiu-se uma linha de bonde e iniciou-se um processo de modernização e reestruturação urbana que acabou afastando os moradores do entorno imediato (ORNELAS, 2008). Atrelado a esses fatores, entre a década de 1950 e 1960, com a industrialização efervescente na metrópole, aumenta a produção interna de grãos líquidos, fazendo com que se tenha uma diversificação maior das cargas, fato esse que obriga os agentes de comando do porto a tomar medidas importantes para atender a essas demandas, como a ampliação dos terminais, novas linhas férreas etc (ORNELAS, 2008).

Portanto, escapar da lógica do poder central da metrópole é muito difícil porque ela acaba nos alienando e nos impossibilitando de fazer algumas análises que nos permitam compreender as reais intenções por detrás das ações das políticas públicas, mas também é um importante exercício intelectual entender a lógica da construção dos mecanismos políticos de (re)estruturação territorial como o caso do gerenciamento costeiro porque nos possibilita estar atentos às racionalidades<sup>5</sup> que vão se pensar o espaço por meio da racionalidade intencional e a racionalidade não-intencional, em que a primeira consiste no comportamento do agente econômico e a segunda no sistema econômico. Posto isso, o que vai fazer com que um local torne-se um espaço da racionalidade vai ser o seu fluxo

---

<sup>5</sup> A ideia de racionalidade apresentada no trabalho é proveniente da concepção de Weber (1999).



e o domínio das técnicas existentes que acabam possibilitando o comando por meio das informações. O que permite o espaço ser diferenciado é o fato de que nem todas as localidades podem e são dotadas de fluxos, técnicas e informações suficientes para poderem ser um centro regulador.

O espaço racional supõe uma resposta pronta e adequada às demandas dos agentes, de modo a permitir que o encontro entre a ação pretendida e o objeto disponível se dê com o máximo de eficácia. Esta depende da técnica contida nas coisas e nas ações. A validade mercantil da técnica depende das garantias de que iniciada a ação ela vai ter a trajetória e os resultados programados (SANTOS, 2017, p. 300).

O problema reside na escolha das ações para atender a uma demanda. O poder público no momento de elencar a ordem de prioridades deve tomar cuidado com os grupos e sujeitos que poderão ser privilegiados em detrimento da totalidade e que, por sua vez, possam causar um grande impacto a todo o meio ambiente local.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os desafios para a reflexão geográfica que interpõem os pescadores artesanais e a produção do espaço urbano e econômico constituem-se em difícil análise, tendo em vista as políticas públicas implementadas através das ordens verticalizadas advindas da metrópole sobre o lugar. Cada vez mais os sujeitos são invisibilizados pelas políticas de comando e controle do território onde o processo de modernização avança pelo território causando conflitos com a pesca artesanal no caso da Baixada Santista e mais especificamente ao processo de modernização da cidade de Santos e do porto de Santos. A relação porto-cidade faz emergir a necessidade de contribuições teóricas e conceituais para melhor compreender o processo de gestão da zona costeira do Brasil e, no caso específico estudado, da zona costeira de Santos. Nesse sentido, o zoneamento ecológico-econômico do setor costeiro da Baixada Santista e a busca por uma economia política da cidade acarreta no território conflitos e lutas de sentidos da apropriação urbana, ao mesmo tempo em que a metrópole corporativa e fragmentada exerce cada vez mais controle sobre as áreas e sobre os sujeitos.

A constituição do espaço urbano da região metropolitana da Baixada Santista, a expansão do porto de Santos e a reconfiguração territorial sob o comando das empresas e das ordens que partem da metrópole de São Paulo expressam a crise da modernidade e do trabalho em contextos metropolitanos. Outrossim, urbanização e proteção ambiental no



litoral do estado de São Paulo são temas e problemas de difícil solução se persistir o modelo atual de política pública que invisibiliza os sujeitos da ação e prejudica a economia da pesca artesanal na metrópole. A produção social do espaço e do tempo da modernização torna-se um grande desafio analítico, pois deve conciliar estratégias que abarquem as realidades e experiências cotidianas dos sujeitos que vivem entre o global e o local onde o papel da legislação e das instituições para a conservação das diversidades ambiental e cultural na Baixada Santista possam ser levadas em consideração e incorporadas no processo de gerenciamento costeiro então proposto. No caso da pesca artesanal, o circuito produtivo de baixa escala econômica é a base da economia local que estrutura as sociabilidades da vida coletiva e a modernização do território entre o passado e o presente não só pode incorporar essa economia local como pode fazer dela um pilar importante na reafirmação do espaço e nas experiências do trabalho dos sujeitos locais.

É possível uma reconstituição do território usado que abarque os temas e problemas dos pescadores artesanais revertendo a lógica da metrópole e suas invisibilidades que afetam a vida coletiva ainda que as ordens e comandos do território prevaleçam na metrópole. No entanto, a harmonia entre conservação ambiental, ordenamento do território e modernização deve prioritariamente passar em vista das comunidades tradicionais e dos demais grupos sociais que ocupam o espaço desde tempos pretéritos de modo que seja possível ouvir os sujeitos, respeitar e dar visibilidade aos seus modos de vida. Um outro modelo de ordenamento territorial é possível.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DIEGUES, A. C. S. **Ecologia Humana e Planejamento em Áreas Úmidas Brasileiras** – 2ª. Ed. – São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas em Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2001.

EUZÉBIO, R. C.; PAZ, M. C. Modernização na Ilha da Madeira: efeitos da ação estratégica na vida dos pescadores artesanais. In: **Pescadores e produção do espaço: desafios para a reflexão geográfica** / Catia Antonia da Silva, org. – Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

JAKOB, A. A. E. **Análise sócio-demográfica da constituição do espaço urbano da Região Metropolitana da Baixada Santista no período 1960-2000** / Alberto Augusto Eichman Jakob. – Campinas, SP: [s. n.], 2003.



KOSELLECK, R. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos / Reinhart Koselleck; tradução do original alemão Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira; revisão da tradução César Benjamin. – Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

MORAES, A. C. R. **Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil**: elementos para uma geografia do litoral brasileiro. / Antonio Carlos Robert Moraes. – São Paulo: Annblume, 2007.

ORNELAS, R. S. **Relação Porto/cidade**: o caso de Santos. 2008. 140p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

PAZ, M. O. C. **Território, conflitos e pesca artesanal: os impactos do Porto Sudeste no cotidiano dos pescadores artesanais na Ilha da Madeira - Itaguaí (2010-2015)**. 2018. 107 f. Dissertação (mestrado em História Social do Território) - Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2018.

RESENDE, A. T. A origem da institucionalidade da pesca artesanal. In: Catia Antonia da Silva. (Org.). **Pesca artesanal e produção do espaço**: Desafios para a reflexão geográfica. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora Consequência, v.1, 2014, p. 43-67.

SÃO PAULO (ESTADO). **ZEE Baixada Santista**: zoneamento ecológico-econômico - setor costeiro da Baixada Santista / Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, Coordenadoria de Planejamento Ambiental; Org. L. R. N. Oliveira; Equipe técnica B. S. C... [et al.]. - São Paulo: SMA, 2013.

SANTOS, M. **Por uma Economia Política da Cidade**: O Caso de São Paulo / Milton Santos. – 2. Ed. 1. Reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

\_\_\_\_\_. **A Urbanização Brasileira** / Milton Santos. – 5. Ed., 3. Reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

\_\_\_\_\_. **A natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção /Milton Santos – 4ª ed. 9 reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017. – (Coleção Milton Santos, 1).

\_\_\_\_\_. **Metrópole Corporativa Fragmentada**: o caso de São Paulo / Milton Santos – 2. Ed., 1. Reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2019.

SARRAF, L. R. B. **Tempo, tempo, tempo**: uso da noção de tempo histórico nos livros didáticos / Luiza Bezerra Sarraf. Dissertação (mestrado em História Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores – 2017.



SCIFONI, S. **Urbanização e proteção ambiental no litoral do estado de São Paulo**. X Encontro de Geógrafos da América Latina – São Paulo: USP, 2005.

SILVA, C. A. Crise da modernidade e trabalho em contextos metropolitanos. In: **Formas em crise: utopias necessárias**. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2005.

\_\_\_\_\_. **Território usado, conflitos e experiências do trabalho**: temas e problemas dos pescadores artesanais na Baía de Guanabara (RJ). In: SILVA, C. A.; OLIVEIRA, A. L.; RIBEIRO, A. C. T. (Org.). **Metrópoles: entre o global e as experiências cotidianas**. – Rio de Janeiro: Ed.UERJ, 2012.

\_\_\_\_\_. Economia da pesca artesanal na metrópole do rio de Janeiro: desafios de método. In: **Pesca Artesanal e produção do espaço**: desafios para a reflexão geográfica / Catia Antonia da Silva, organizadora. – Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

\_\_\_\_\_. Economia da pesca artesanal na metrópole do Rio de Janeiro: desafios de método. In: **Pesca artesanal e produção do espaço**: desafios para a reflexão geográfica. / Catia Antonia da Silva, org. - Rio de Janeiro: Consequência, 2014a.

SILVA, C. A. RAINHA, F. A. A produção social do espaço e do tempo da modernização: desafios analíticos para a compreensão do município de Campos de Goytacazes. In: **Modernização e território**: entre o passado e o presente do Norte Fluminense/ Julia Adão Bernardes, Catia Antonia da Silva (orgs.). 1ª ed. Rio de Janeiro, Lamparina, CAPES, 2014. P. 42-55.

\_\_\_\_\_. Economia local e a nova Episteme das sociabilidades da vida coletiva: circuito produtivo da pesca artesanal e os sítios espaciais invisíveis na produção da metrópole fluminense. In: **Metrópoles e invisibilidades: da política às lutas de sentidos da apropriação urbana**. A. B. Silva ... [et al.]; org. C. A. Silva, A. Campos. 1ª edição - Rio de Janeiro: Lamparina, FAPERJ, 2015.

SOJA, E. W. **Geografias Pós-Modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

SOUZA, R. S. R. **O papel da legislação e das instituições para a conservação das diversidades ambiental e cultural na Baixada Santista**. / Roberto Sakamoto Rezende de Souza; orientador Dr. Fábio Mariz Gonçalves. Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Área de concentração: Paisagem e Ambiente) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2018. 296p.



XIV ENCONTRO NACIONAL DE  
PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM  
**GEOGRAFIA**

EDIÇÃO ONLINE

10 À 15 DE OUTUBRO DE 2021

ISSN: 2175-8875